

Romeu Zema e secretários esclarecem medidas e impactos sobre o coronavírus em Minas Gerais

Qua 18 março

O governador Romeu Zema esclareceu, na tarde desta quarta-feira (18/3), as principais medidas adotadas pelo Estado até o momento para conter a epidemia do coronavírus em Minas Gerais. O pronunciamento foi transmitido ao vivo nas redes sociais, como forma de evitar aglomerações físicas, e contou com a presença do secretário de [Saúde](#), Carlos Eduardo Amaral, do secretário de [Justiça e Segurança Pública](#), general Mario Araujo, e da secretária adjunta de [Planejamento e Gestão](#), Luisa Barreto.

Além de tirar dúvidas de jornalistas sobre as ações do Estado na contenção do vírus e dos impactos provocados pela crise, o governador reforçou a importância de a população se implicar adotando medidas preventivas. Ele fez um pedido, especialmente aos jovens, para que redobrem os cuidados e contribuam para preservar a saúde dos grupos de risco.

“Tenho estudado intensamente o que tem acontecido em outros países que deram errado, como é o caso da Itália, em que já foram registradas milhares de mortes. O que acontece, muitas vezes, é que o jovem tem o sistema imunológico muito mais forte, então ele contrai o vírus e às vezes não apresenta nenhum sintoma, podendo transmitir para seus pais, seus avós, tios-avós e outros parentes mais velhos, até mesmo sem saber. Então, o jovem, principalmente, precisa ter um zelo maior. E vale lembrar que, infelizmente, no Brasil não temos acesso a exames em massa, e eles já estão em falta. Então, um jovem, mesmo que tenha sintomas, talvez tenha dificuldades para fazer exames e ter a certeza de que contraiu o vírus. Por isso, o ideal é se preservar”, disse.

Romeu Zema também fez um apelo aos prefeitos, para que atuem junto ao Executivo estadual de acordo com as demandas específicas de cada região.

“Cada cidade tem as suas particularidades, e cada prefeito tem de não só ser o exemplo, mas também tomar ações locais, principalmente no que diz respeito ao funcionalismo público, às escolas municipais, a tudo o que está sob sua gestão. O trabalho do setor público estadual é importante, mas o do prefeito também. Ele está muito mais próximo da população e tem muito mais condição de acompanhar aquilo que efetivamente acontece e está afetando a sua cidade”, destacou.

Veja, abaixo, alguns trechos das explicações dadas pelo Executivo mineiro acerca das ações relacionadas ao Covid-19:

- **Por que o Estado decretou que somente escolas da macroregião Central e do Triângulo Norte ficarão fechadas?**

Neste momento, é onde há maior incidência de casos e também transmissão comunitária. Vale lembrar que o fechamento durante o dia de hoje (18/3), quinta-feira, sexta, sábado e domingo é uma medida preliminar. Na sexta-feira (20/3), vamos dar uma nova informação que provavelmente será por suspender as aulas até o final de março ou abril. Lembrando que isso ainda é uma previsão, vamos confirmar na sexta-feira. A Secretaria de Educação está trabalhando para que os alunos possam estudar de forma não presencial. Sabemos que alguns alunos têm facilidade de ter internet, conseguem fazer e enviar as suas atividades digitalmente, outros não, e a escola deverá fornecer o material para que os alunos façam em casa e devolvam. As escolas permanecerão abertas, mas muito provavelmente sem aulas a partir da próxima semana.

- **O número de leitos que existem atualmente em Minas Gerais é suficiente para atender a demanda?**

Hoje, no Sistema Único de Saúde do Estado, nós temos aproximadamente 2.800 leitos de UTI's e a taxa de ocupação desses leitos, em tempos normais, é de aproximadamente 73%. Nós já vamos iniciar medidas que vão fazer com que essa taxa de ocupação diminua, porque muitas cirurgias são planejadas. Ou seja, quem está agendado para operar na semana que vem, muitas vezes pode esperar para ser operado numa data mais à frente. Nós queremos que mais leitos de UTI's fiquem disponibilizados neste momento complicado, em que o número de demandas deve subir muito.

- **Quando é recomendado fazer os exames que identificam a presença do vírus?**

O exame é indicado para aquelas pessoas que estão no grupo de risco e que têm sintomas. De uma forma geral, uma pessoa completamente assintomática, a gente entende dentro da rede pública que não devemos indicar fazer o exame. Por outro lado, na rede particular temos três laboratórios que são certificados pela Funed. Aquelas pessoas que têm sintoma e que tiveram contato ou com alguém que veio do exterior ou da área de risco (São Paulo, Rio de Janeiro e agora Belo Horizonte), ou pessoas que têm contato com familiar que teve diagnóstico clínico, possuem indicação de fazer no atual momento o exame e deve procurar a rede pública para ser orientada sobre onde esse material será colhido.

- **Como o governo tem agido para evitar a proliferação do Covid-19 no interior do estado?**

O cuidado com o interior, de forma geral, é o mesmo com a capital. São cuidados de prevenção. Temos trabalhado, de forma intensa, com relação à Educação, com a suspensão das aulas. Orientamos que quem estiver com sintomas pequenos deve evitar procurar o pronto-atendimento para não correr o risco de contaminar outras pessoas e nem de ser contaminado. Nos preocupamos mais com os casos graves, que irão para hospitais que têm referência, em toda a rede do SUS. Os jovens e as crianças tendem a ter uma sintomatologia menor, então muitas medidas que estamos tomando são para proteger, no final das contas, os idosos, para que eles não tenham complicações graves vinculadas à infecção do Covid. Estamos, junto com o governo federal e os municípios, trabalhando a questão do esclarecimento. As pessoas hoje têm um nível de consciência sobre a gravidade da situação totalmente diferente daquele que elas tinham há a um mês. Nós sabemos que a doença é facilmente transmissível, que o contato facilita muito, e que o grande risco está ligado às pessoas mais idosas.

- **Quais são os principais recursos que serão destinados à Saúde?**

Estamos recebendo do governo federal em torno de R\$ 40 milhões, que serão, nessa primeira fase, destinados a termos condição de arcar com o aumento da demanda e os custos de CTI e alas hospitalares. Dentro do Estado, estamos identificando a melhor forma de fazer repasses aos municípios de forma que estimulemos a atenção primária para controlar os pacientes com doenças leves. Além disso, estamos recebendo 50 leitos de CTI do governo federal, que serão montados no sistema da Fhemig.

- **Quais medidas restritivas o governo vai tomar para além dos órgãos públicos e a partir de quando?**

A partir de hoje, na Cidade Administrativa, já tivemos uma ausência de grande parte dos funcionários. Estamos nos preparando para colocarmos quem trabalha no Estado no sistema de home office, trabalho à distância. Estamos preparando ainda vários setores do Estado para que isso funcione efetivamente de forma adequada. Para a iniciativa privada, o que nós estamos pedindo é exatamente toda essa cautela. Quando uma empresa tiver um número maior de pessoas, orientamos que elas fiquem mais distantes, que não compartilhem equipamentos, talheres etc. No refeitório, que seja mantida uma distância maior, que a higiene seja redobrada. No transporte público, a mesma coisa, assim como em filas de supermercado. E não descartamos de forma alguma que venhamos a suspender uma série de atividades na área empresarial. Algumas nós já solicitamos que sejam suspensas, como casas de eventos, shows e igrejas. Não recomendamos a ninguém que vá a esses aglomerados onde dezenas ou centenas de pessoas acabam ficando juntas, em um auditório ou um salão. Academias também estão nesse contexto, já que há um trânsito intenso e as pessoas compartilham superfícies. Sei que hoje o prefeito de Belo Horizonte determinou uma série de restrições, e nós estamos analisando cada uma delas, do ponto de vista legal, para que possamos levar adiante, na hora certa e necessária, esse tipo de ação que visa evitar o contágio, principalmente nas áreas onde já há o contágio comunitário.

- **Como será o teletrabalho adotado pelo funcionalismo público?**

Nesta semana, iniciamos o teletrabalho primeiramente para os grupos de risco, com a intenção de resguardar essas pessoas que estão mais expostas. Ontem, foi deliberado pelo comitê extraordinário o ponto facultativo na Cidade Administrativa, com intuito de prepararmos o teletrabalho para os próximos dias. Todos os órgãos estaduais estão absolutamente focados nesses próximos três dias para garantir que o teletrabalho aconteça sem qualquer prejuízo à prestação de serviços públicos. Nos antecipamos fazendo isso na Cidade Administrativa, até por ter uma maior concentração de pessoas, mas os preparativos são feitos para que possamos adotar gradativamente o teletrabalho em todo o Estado. Faremos isso de forma paulatina, conforme o risco sem amplie em cada região. Iniciaremos prioritariamente naquelas regiões onde já exista o contágio comunitário. É importante colocar que todos os órgãos fizeram levantamento de quais são aqueles serviços de natureza essencial. Todos os serviços considerados de natureza essencial,

não serão paralisados. Os órgãos vão adotar medidas de proteção aos trabalhadores e ao público para garantir tanto a higiene, quanto o maior espaçamento físico, como também rodízio de funcionários. Poderá haver alteração de horários de atendimento, mas os serviços essenciais serão todos mantidos.

- **Uma portaria conjunta do Tribunal de Justiça e do governo recomendam que os juízes transfiram condenados presos para o regime domiciliar como forma de prevenir novos casos do coronavírus entre os profissionais do sistema prisional e os detentos. A portaria está sendo cumprida?**

Nós temos que lembrar que hoje nós já temos no Estado de Minas 5 mil detentos que estão nesse regime semiaberto. Ou seja, todos os dias eles saem cedo, trabalham e voltam para dormir no presídio. A saída desse detento, acho que todos concordam, faz com que ele, diferente daqueles que ficaram internos, tenha contato com o público externo. E muito provavelmente ele tem mais chance de contrair o vírus. Então, a medida que está sendo adotada, e que não oferece nenhum tipo de risco para a população, é que esse presidiário passe a dormir na sua residência para que ele não tenha contato com nenhum interno. Queremos, primeiro, proteger a população, e depois dar um olhar humanitário para este preso que se encontra num ambiente segregado e que tem como característica pertencerem a grupos de risco, como diabéticos, cardiopatas, maiores de 60 anos, pós-operados, soropositivos, tuberculosos e pessoas com insuficiência renal. Os juízes de execução penal vão analisar cada caso e o histórico daquele interno para liberar ou não a sua permanência em domicílio. E é isso que está sendo feito com muito equilíbrio, muita parcimônia e cuidado.

- **Qual é a orientação para os familiares dos detentos?**

Na medida em que a Secretaria de Saúde mudar o protocolo, isso vai nos obrigar a adaptar as novas normas ao sistema prisional. Se determinada macrorregião passar a ter contágio comunitário, isso implica em uma mudança no processo de visita, impactando os familiares da nossa população carcerária. É muito importante que estes familiares entendam que estes procedimentos estão sendo tomados para proteger a população carcerária. É importante que haja compreensão dos familiares e dos próprios presos de que as medidas que estão sendo tomadas para preservar as suas vidas.

- **Quais os impactos para a economia mineira a médio e longo prazo?**

Nós, com certeza, sabemos que a atividade econômica vai ser prejudicada. O que se fala no momento é que o crescimento deixará de ocorrer devido toda a essa questão que nós estamos vivendo. Com toda certeza haverá menos criação de empregos. Agora, falar em redução ou recessão ainda é prematuro. As previsões indicam que toda essa tempestade, esse turbilhão que nós estamos vivendo, deva durar de 30 a 90 dias, e que depois disso, gradativamente, a atividade voltará ao normal. O governo federal já está preparando uma série de medidas para que a crise não seja acentuada. Uma delas é que aqueles que têm empregos informais vão receber um subsídio, como uma Bolsa Família, por um período determinado, porque essas pessoas, diferentemente

daqueles que têm um emprego formal, não têm como se resguardar em um momento como esse. Quantificar isso agora seria temerário. O que nós sabemos é que a arrecadação do Estado será prejudicada em cerca de R\$ 500 milhões.